



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

1 Ata da quarta reunião ordinária do ano de dois mil e onze do Conselho Superior do Instituto
2 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins. Aos dezesseis dias do mês
3 de dezembro do ano de dois mil e onze, às nove horas, na sala de reuniões localizada no IFTO –
4 campus Palmas, situado na AE trezentos e dez sul, Avenida LO cinco, na cidade de Palmas,
5 Estado do Tocantins, reuniram-se sob a presidência do Magnífico Reitor, Francisco Nairton do
6 Nascimento, o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
7 Estado do Tocantins, composto pelo Reitor, como presidente; pela representação de um terço do
8 número de *Campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de
9 cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço do número de
10 *Campi*, destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; representação de um terço do
11 número de *Campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o
12 máximo de cinco representantes e igual número de suplentes; por dois representantes dos
13 egressos e igual número de suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número
14 de suplentes; por dois representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela
15 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do
16 Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
17 representação de um terço dos Diretores-Gerais de *Campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo
18 de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a presença dos representantes dos diretores
19 dos *Campi*, Décio Dias dos Reis, 2º titular, Miguel Camargo da Silva, 1º suplente; dos servidores
20 docentes, Danilo Gomes Martins, 2º titular, Orlando Dias Carneiro, 1º titular; dos representantes
21 dos egressos, Timóteo de Sousa Lemes, 1º titular, Wellintom Dias da Silva, 1º suplente; dos
22 representantes dos servidores técnicos administrativo, Cícero Salatiel Pereira Lopes, 1º titular; do
23 representante suplente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Tocantins,
24 Getúlio de Souza Araújo e Maria da Penha Barbosa, representante suplente da Secretaria
25 Estadual de Ciência e Tecnologia. O presidente confere o quórum e declara aberta a reunião.
26 Logo inicia com os informes gerais, falando sobre os noventa dias de greve sem nenhum avanço
27 significativo e esclarece que, depois de muita luta o Governo abriu negociação com o Sindicato e

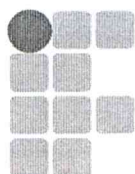




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

28 deve apresentar nos grupos de trabalho uma proposta de encaminhamento, onde pode se fechar
29 uma resolução até março de 2012, podendo a proposta ser encaminhada para o orçamento do
30 próximo ano ou para o orçamento de 2013. Seguidamente, diz que nesta reunião irá fazer a
31 homologação dos novos representantes do Conselho Superior e ainda esclarece que, esta quarta
32 reunião ordinária é a última com a participação dos Conselheiros eleitos para atuarem até o ano
33 de dois mil e onze. Em seguida, esclarece que a secretária do Conselho Superior, Idrlan Alves
34 Batista está de férias e que, a Chefe de Gabinete do Reitor, Quenízia Vieira Lopes está
35 substituindo-a. A seguir, o Presidente sugere que o primeiro ponto de pauta seja a Progressão
36 Docente, em função da presença da Dr^a Renata Cedraz, para que a mesma possa auxiliar a mesa
37 em alguma questão, como também em função dos esclarecimentos que devem ser prestados aos
38 antigos e novos conselheiros, mas, seguidamente esclarece que depois este ponto de pauta será
39 levado a votação. Dando prosseguimento, o presidente pede para que os novos representantes do
40 Conselho Superior se apresentem, para que seja feita homologação dos mesmos, mas, antes disso
41 mencionou ainda que, todos os conselheiros precisam ter em mente que ambos são
42 representantes do Instituto como um todo e não de um determinado campus, e ainda acrescentou
43 que convidou os Diretores Gerais dos *campi* para participar como ouvintes desta reunião. Em
44 seguida, a servidora da Reitoria, Juliana Queiroz, presidente da Comissão Central do processo
45 eleitoral para escolha dos novos representantes do Conselho Superior, esclareceu sobre o
46 processo eleitoral para escolha desses novos representantes, apresentando em seguida os eleitos e
47 a colocação de cada um. Logo, Leonardo Brasil Carvalho, 1º titular dos representantes dos
48 Técnicos Administrativos, apresentou-se acrescentando que faz parte do quadro de servidores do
49 IFTO – campus Palmas e que pretende contribuir com o segmento ao qual faz parte.
50 Imediatamente o 2º titular dos representantes dos Técnicos Administrativos, Adeilson Marques
51 da Silva, apresentou-se afirmando que é servidor do quadro do campus Araguatins e que,
52 também pretende contribuir com o seu segmento. Prontamente o 1º suplente dos representantes
53 dos Técnicos Administrativo, Cristiano Fernandes Mateus, apresentou-se declarando que é
54 contador do campus Araguaína e que pretende contribuir com a Instituição. Logo inicia a





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

55 apresentação dos representantes docentes, fazendo uso da palavra o 1º titular Guilherme Bizarro
56 Salve, o qual fez sua apresentação expondo que contribuirá com a gestão do IFTO e que
57 trabalhará juntamente com todos os conselheiros com o objetivo de dá melhor direcionamento ao
58 Instituto. O segundo representante dos docentes a se apresentar foi Sergio Roberto Jorge Alves,
59 2º titular desta categoria, que iniciou sua apresentação declarando ser formado em sociologia e
60 professor recente do campus Porto Nacional, visto que tomou posse em julho de dois mil e onze.
61 Declarou ainda que, antes de pertencer o quadro de professor efetivo, trabalhou como professor
62 substituto e que, está satisfeito em poder representar seu segmento e que pretende contribuir com
63 a construção do IFTO para que o mesmo possa ser referência em todo o país. Dando
64 continuidade às apresentações, Elizângela Mendes Sousa, estudante do campus Araguatins e 1ª
65 titular dos representantes dos discentes, declarou ser aluna do 4º período do curso de Ciências
66 Biológica e que pretende somar conhecimentos e contribuir com a instituição. Logo, fez uso da
67 palavra o 1º suplente dos representantes dos discentes, Cláudio Rogério Lima de Souza, que
68 afirmou ser estudante do 4º módulo do curso Gerência em Saúde e que pretende contribuir com o
69 Instituto Federal. Seguidamente, Jackson Carlos de Moura Gama, 2º suplente dos representantes
70 discentes, mencionou que é aluno do campus Gurupi e que está cursando o 1º módulo do curso
71 Agronegócio. Com posse da palavra, Miquéias Alves da Rocha César, 1º titular dos
72 representantes egressos, fez sua apresentação afirmando ter terminado o curso de Técnico em
73 Agropecuária em 2010 e atualmente faz Agronomia no Campus Araguatins, e que também
74 pretende contribuir com a Instituição. Também fez uso da palavra o 2º suplente dos egressos,
75 Timóteo de Sousa Lemes, que fez sua apresentação esclarecendo que já é membro do Conselho
76 Superior, atuando como 1º suplente dos representantes dos egressos, como também fez alguns
77 esclarecimentos relacionados ao não atendimento do recurso enviado à Comissão Eleitoral
78 Central, no qual solicita revisão e retificação do parágrafo único do Artigo 25 das Normas para
79 eleição dos Representantes no Conselho Superior, alterando o texto para que os egressos
80 votassem no colégio eleitoral mais próximo. Falou ainda dos membros do Conselho Superior que
81 não participam das reuniões, abordou sobre os encontros de egressos. Prontamente, Juliana





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

82 Queiroz, presidente da Comissão Eleitoral Central, esclarece que as reivindicações não foram
83 atendidas, tendo em vista que, os registros escolares referentes aos egressos são exclusivos de
84 cada campus, como o sistema de votação utilizado foi de urnas eletrônicas, a carga de dados dos
85 eleitores foi efetuada de acordo com a lista de cada campus, de maneira que os egressos só
86 apareceram nas urnas dos seus respectivos *campi* e só ali poderiam votar. Em seguida Timóteo
87 fala sobre o código eleitoral e acrescenta que a comissão eleitoral central poderia ter analisado a
88 sua proposta e sugerido aos *campi* que compartilhassem os dados dos egressos para que mesmos
89 pudessem votar no campus mais próximo ao invés do campus onde está vinculado. O presidente
90 faz uso da palavra e diz que é necessário articular via Pró-reitoria de Extensão os encontros de
91 egressos em todos os *campi*, tendo vista que há campus que ainda não possui egressos. Falou
92 ainda que é necessário reconhecer que este novo modelo de gestão está produzindo documentos
93 regulamentadores e normatizadores, o que faz com que o conselho trabalhe ainda mais nesses
94 próximos anos, construindo de fato o Instituto. Acrescentou ainda que, há um ano e meio não
95 participa nenhum membro do Ministério da Educação nas reuniões do Conselho Superior, falou
96 ainda que, ficou confirmado com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica que a
97 partir desse ano as reuniões do CONSUP terão novos representantes do MEC. Logo o presidente
98 leva à votação a homologação dos resultados do processo eleitoral dos novos representantes do
99 Conselho Superior, sendo o mesmo aprovado com duas abstenções, seguidamente fez alguns
100 agradecimentos e esclareceu sobre os custos do processo eleitoral para escolha dos novos
101 representantes do CONSUP. Em seguida Dr^a Renata Cedraz fez sua apresentação e disse que o
102 setor em que trabalha só tem ela como procuradora, um assistente e dois estagiários, falou ainda
103 sobre as atribuições do procurador, no qual se resume em assessorar e orientar o gestor público, e
104 afirmou que, quem decide efetivamente, quem tem a conveniência, a oportunidade de atuar para
105 fazer gerir é a autoridade responsável pelos autos, esclareceu ainda que, a função da procuradoria
106 não é assessorar o servidor e sim assessorar o Instituto Federal, disse aos conselheiros que
107 quando quiserem institucionalmente alguma manifestação, consideração da procuradoria, dirija-
108 se a autoridade competente para que o mesmo solicite um parecer jurídico formalmente,

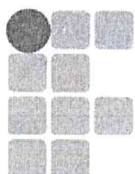




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

109 acrescentou ainda que, a procuradoria só se manifesta por meio de processo, como também
110 esclareceu sobre a Controladoria Geral da União, o órgão qual a procuradoria federal também faz
111 parte. Parabenizou aos conselheiros eleitos e falou da importância do Conselho Superior e das
112 tomadas de decisões dentro do CONSUP, abordando as atribuições de acordo o Estatuto e o
113 Regimento Geral. Com a palavra, o presidente agradeceu a participação da Dr^a Renata Cedraz e
114 colocou em votação, a alteração do ponto de pauta, para que fosse discutido sobre Progressão
115 Docente no início da reunião ao invés de discutir no final, sendo a mudança aprovada sem
116 nenhuma objeção. Com posse da palavra, Maria Edileuza abordou sobre o assunto, falando que o
117 IFTO tem inúmeros processos judicialmente em andamento, de professores requerendo
118 progressão após adquirir o título de mestre, o que normalmente era adotado anteriormente no
119 plano de carreira dos professores, mas, em dois mil e oito houve uma mudança no plano de
120 carreira docente e o artigo cento e vinte da legislação que trata sobre o assunto não foi
121 regulamentado pelo Ministério do Planejamento, o que dificulta conceder ou não a progressão,
122 mas, esclareceu que o sistema de pessoal civil da administração pública federal deve obedecer à
123 legislação e as recomendações expedidas pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do
124 Planejamento. Disse ainda que, alguns processos foram abertos pelos professores e, dois
125 Institutos concederam progressão por titulação. Acrescentou ainda que, após essa concessão,
126 com base nos pareceres de alguns procuradores, o IFTO concedeu progressão por titulação a
127 alguns docentes, que depois foi proibida pela Secretaria de Recursos Humanos. O Conselheiro
128 Getúlio sugeriu que os documentos relacionados à pauta da reunião fossem impressos e trazidos
129 para reunião para discussão. A seguir Edileuza falou que, a nota técnica conjunta nº um da
130 Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento concluiu que, quando não
131 houver regulamento específico pra progressão docente, essa ocorrerá por desempenho
132 acadêmico. Disse ainda que, a nota recomenda suspender a progressão por titulação e ainda
133 esclarece quando são concedidas as progressões. Finalizando, ela acrescentou que a Diretoria de
134 Gestão de Pessoas entende que o Conselho Superior não pode deliberar sobre esse assunto,
135 embora os professores tenham solicitado. Seguidamente o presidente fez uma consideração e



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Centro
Palmas/TO - CEP: 77.015-200
(063) 3212-1529
reitoria@ifto.edu.br - www.ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

136 disse que o Instituto Federal da Paraíba, através de resolução, concedeu o pagamento de
137 progressão docente e encaminhou para o MPOG, o qual decidiu que não poderia conceder com
138 base na referida nota técnica. Disse que, as resoluções dos Institutos que concederam progressão
139 docente estão sendo derrubadas e quem conceder vai responder com multas e por improbidade
140 administrativa. Em seguida Vinicius Ribeiro, representante do SINASEFE, falou que a Lei não
141 foi regulamentada e o entendimento é que até que a mesma seja regulamentada, deve-se aplicar a
142 Lei anterior e, ainda questionou até que ponto as notas técnicas do Ministério do Planejamento
143 vão passar por cima da legislação vigente. Prontamente, Dr^a Renata Cedraz disse que estão
144 diante de uma questão política e ainda acrescentou que, o entendimento jurídico da procuradoria
145 é que a tese do Ministério do Planejamento é uma tese legal e defensável, e a mesma aconselhou
146 que o Instituto Federal siga essa tese, visto que a mesma é uma decisão superior. Disse ainda
147 que, já existe sentença afirmando que essa tese é legítima, que há um acórdão da quinta região de
148 acordo com a mesma. Acrescentou que, tanto a procuradoria como instituição e o sindicato
149 defende uma tese, e não existe a mais errada ou a mais certa, mas, existe uma limitação e a
150 instituição não irá resolver essa questão, visto que, não pode avançar mais do que já avançou.
151 Acrescentou que, esse assunto ainda não chegou ao Supremo Tribunal de Justiça e para esta
152 concessão existem os meios próprios. Com a palavra, Vinicius falou que o Sindicato acha justo
153 que os servidores continuem lutando e que o gestor conceda as progressões administrativa. Dr^a
154 Renata explica que, antes a procuradoria não se manifestava em relação ao pessoal, mas
155 atualmente pode orientar sobre o assunto, só que como existe uma normativa expressa pela
156 Secretaria de Recursos Humanos tratando sobre o assunto, ela a descreve em seus pareceres e
157 acrescenta a sua opinião, acrescentou ainda que, a procuradoria assim como a Instituição não são
158 autoridades coatoras, portanto, não possuem poder de decisão, e sim o Ministro ou o Secretário.
159 Disse ainda que, o sindicato tem mecanismos jurídicos para correr atrás das progressões. Com
160 posse da palavra, Guilherme Bizarro disse que, a tese defendida pelo MPOG fere o princípio da
161 igualdade, pois se for relacionar os professores dos Institutos com as universidades, ambos fazem
162 o mesmo trabalho, porém a remuneração é desigual. Disse ainda que, as instituições privada





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

163 estão pagando melhor aos seus profissionais, o que fazem com a que os bons profissionais
164 deixem a rede pública e migrem para a particular, em busca de melhorias. Acrescentou ainda
165 que, acredita que o Instituto deve se posicionar administrativamente contra essa tese, para que os
166 profissionais da Educação Federal deixem de ser remunerados de forma desigual. Em seguida
167 Getúlio falou que, igualdade só existe na constituição e que falta estímulo para os servidores
168 estudar, pois nenhum servidor vai fazer uma pós-graduação somente por amor a profissão, mas,
169 por interesse na progressão. Com a palavra Sérgio Roberto disse que, fazendo uma análise do
170 texto jurídico, o próprio texto nos coloca em rota de colisão, quando diz que recomenda, pois o
171 termo recomendar não é determinante, a partir do momento que ele diz que recomenda, ele abre
172 uma lacuna. Prontamente a Dr^a Renata disse que, a utilização deste termo é uma forma cortês de
173 falar com a autoridade máxima, porque se ambos fossem estudar a legislação que rege a
174 Secretaria de Recursos Humanos veríamos que, o seu significado é muito mais do que uma
175 situação cortês, pois não seria de bom tom uma redação com termos eu determino, eu imponho.
176 Logo, Sérgio acrescenta que, no mundo jurídico o verbo é que determina as atribuições de
177 determinado documento, afirmando que foi o que aconteceu com o documento que trata sobre a
178 questão da progressão, o termo recomendo não foi entendido como determinação. Em seguida o
179 presidente sugere que aguardem a regulamentação da Lei para a concessão da progressão, visto
180 que ambos não podem legislar se não tem competência para tal e que, os interessados sejam
181 orientados a solicitar a progressão pelos meio legais, e se o entendimento jurídico for a
182 concessão, o IFTO acatará. Logo, Vinicius sugere aos conselheiros que votem a favor da
183 progressão docente e, seguidamente o presidente leva a votação, sendo que, a maioria dos
184 conselheiros votaram a favor do seguimento da nota técnica e aguardar a regulamentação da lei
185 que trata sobre o assunto, enquanto um conselheiro absteve-se. Em seguida, Timóteo justificou a
186 sua abstenção, informando que foi pelo fato do Conselho Superior, através dos seus membros,
187 está sujeito a multa. Logo após, Dr^a Renata esclareceu que o mais importante de tudo é a
188 consciência dos limites do Conselho Superior e, que esta pauta não deveria ser discutida no
189 Conselho, pois a competência é da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

190 Planejamento. Passando para o próximo ponto, o presidente informou que os Diretores-Gerais
191 dos *campi* reuniram-se, com registro em ata, para definir quem iria representar o seu segmento
192 no Conselho Superior, sendo que, optaram por reconduzir os atuais diretores. Dando
193 continuidade a pauta da Reunião, Madson Teles fez a apresentação da Organização Didático-
194 Pedagógico (ODP) dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade de educação a distância
195 do IFTO, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a professora Débora Castro fez
196 apresentação da Organização Didático-Pedagógico (ODP) dos cursos de Graduação Presenciais
197 do IFTO, sendo a mesma aprovada sem nenhuma objeção. Logo após, professor Marcelo Terra
198 apresentou o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Ensino Médio em Comércio na forma
199 Integrada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos Presencial do campus Gurupi e, o
200 Projeto Pedagógico do Curso em Agronegócio Integrado ao Ensino Médio. Iniciou falando da
201 duração do curso, da quantidade de vagas anuais, da quantidade de salas, da carga horária, falou
202 ainda da infraestrutura, entre elas a biblioteca e laboratório de informática, comentou sobre a
203 liberação de recurso para compra de livros. Guilherme questionou se a biblioteca vai ter
204 condições de adquirir a bibliografia para o ano que vem e, se houve pesquisa de demanda.
205 Prontamente Marcelo disse que, como o campus já tem outros cursos, a bibliografia essencial já
206 está disponível e o restante está sendo empenhada, disse ainda que a pesquisa de mercado está
207 sendo realizada. Seguidamente o presidente colocou os dois Projetos de Curso do campus Gurupi
208 em votação, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. Dando seguimento a reunião após
209 pausa para o almoço, o presidente iniciou a reunião com alguns informes gerais. Falou sobre a
210 compra do prédio da Reitoria e esclareceu sobre o terreno que o IFTO havia ganhado do Estado,
211 informando que o mesmo não tem estrutura para construir imediatamente o prédio da Reitoria,
212 pois não tem água, esgoto e nem energia elétrica. Aproveitando o momento, o presidente
213 convidou os conselheiros para conhecer o novo prédio da Reitoria. Falou ainda sobre a
214 impressão dos documentos relacionados à pauta das reuniões do Conselho Superior, ficando
215 acertado que os documentos impressos serão enviados somente para o representante do
216 SINTRAS, conselheiro Getúlio. Abordou também sobre os documentos em construção para que





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

217 os mesmos sejam disponibilizados na página da Reitoria e dos *campi*, para que a comunidade
218 tenha conhecimento e possa dá sugestões. Disse ainda que, os conselheiros também podem
219 encaminhar ponto de pautas para o Conselho Superior. Em seguida Kenya Maria, Gerente de
220 Ensino, apresentou o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Vendas Integrado ao Ensino
221 Médio na Modalidade PROEJA do campus Porto Nacional. Esclareceu que seguiu o catálogo
222 nacional dos cursos técnicos. Falou das atribuições do técnico em vendas, de como surgiu a
223 estrutura do campus para atender o curso, como por exemplo, os laboratórios e o corpo docente
224 e, da demanda, que veio a partir de uma pesquisa realizada em 2011. Expôs sobre a duração do
225 curso e da carga horária afirmando que a ideia é trabalhar de forma simplificada, e não por
226 sorteio. Professor Orlando Carneiro questionou sobre o processo simplificado e Kenya
227 esclareceu que a ideia é levar o convite as escolas e apresentar o que é PROEJA e o curso e, logo
228 depois, abrir o processo seletivo com carta de intenção. Logo após, Danilo Martins questionou
229 sobre a baixa carga horária para a disciplina de informática, visto que os profissionais que
230 trabalham com vendas normalmente lidam com notas, sistemas e o mercado de trabalho exige
231 essa qualificação. Kenya explicou que os profissionais da área foram consultados e afirmaram
232 que a carga horária adotada para a disciplina de informática básica supriria as necessidades. Em
233 seguida, Nairton sugeriu que introduzam informática aplicada nas outras disciplinas e Kenya
234 afirmou que, a proposta dos profissionais da área é fazer cursos de informática nos finais de
235 semana e oferecer a comunidade em geral. Seguidamente, Vinicius questionou sobre o corpo
236 docente e se os computadores eram suficientes, Kenya informou que está sendo preparados
237 novos laboratórios de informática e que o quadro de professores da área específica já está
238 completo, faltando apenas profissionais para base comum e, que já estão previstos no próximo
239 concurso. Leonardo Brasil sugeriu que divulguem o curso nos locais onde os possíveis públicos
240 se encontram. Décio, assim como Vinicius, parabenizou o campus pelo trabalho realizado. Logo
241 após, o presidente leva o projeto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O
242 presidente falou das Comissões de Planejamento, Gestão e Avaliação que está sendo constituída
243 em todos os *campi*, envolvendo servidores e alunos. Disse ainda que, a orientação é chamar a





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

comunidade para participar do planejamento estratégico e do Plano de Desenvolvimento Institucional. Dando continuidade a pauta da reunião, Maria Edileuza, Diretora de Gestão de Pessoas, apresentou o Regulamento de Afastamento para capacitação de servidores do IFTO, falou que o afastamento esta sendo pautado em duas normativas diferenciadas, uma do campus Palmas e outra do campus Araguatins, disse ainda que, a intenção foi uniformizar os procedimentos dentro do IFTO, acrescentou que a proposta é disciplinar os critérios, as formas de afastamento e os tipos de capacitação, tanto para os servidores Técnicos Administrativos, quanto para os docentes. O presidente reforçou que este regulamento já passou pela procuradoria do IFTO. Edileuza continuou a apresentação e, em seguida, Vinicius sugeriu que no artigo doze, seja aberto para outro documento que comprove a participação no curso, como também sugeriu que, em caso de impossibilidade de atendimento do prazo estabelecido, que o mesmo possa ser prorrogado, mediante justificativa plausível. Edileuza esclareceu que, este procedimento é para curso de curta duração, onde os cursos geralmente são treinamentos, simpósio, e no seu término, eles entregam os certificados. Seguidamente o presidente colocou o regulamento em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Vinicius Ribeiro parabenizou os critérios de afastamento, afirmando que os mesmos ficaram transparentes. Em seguida Cícero Salatiel parabenizou o SINASEFE por sua atuação. Logo após, Edileuza apresentou a pauta referente a Retribuição por Titulação - RT de curso obtido em países do MERCOSUL e explicou que, os questionamentos estão relacionados a validade dos diplomas. Explicou ainda que, para ter validade, os diplomas devem ser convalidados em Universidades brasileiras e, as solicitações constantes no processo nº 23.235.000295/2011-27 não possuem convalidações, disse ainda que de acordo o seu entendimento, nesse caso, não podem conceder a RT. Acrescentou ainda que, o processo está sendo colocado em discussão para que o Conselho dê um direcionamento indicando, se a instituição continua fazendo de acordo o que a legislação nos permite fazer, ou se há outra sugestão. Nairton sugeriu que faça o pagamento por um determinado período, tendo vista que, o processo já está instituído e os interessados já tem protocolo na Universidade. Disse ainda que, caso não seja convalidado, suspenderia o pagamento. Edileuza deixou claro que, a

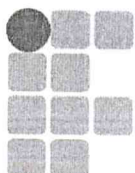




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

271 partir do momento que o Conselho Superior aprovar o pagamento, a responsabilidade do
272 servidor acaba, sendo o Conselho responsável pela devolução do pagamento, caso seja
273 necessário ressarcir o governo. Salatiel disse que a lei é clara e o que Conselho Superior não
274 pode decidir sobre esse assunto. Danilo concordou com Salatiel e encaminhou que o Conselho
275 não deve acatar, visto que, o mesmo não tem autonomia legal para deliberar sobre este assunto.
276 Guilherme acrescentou que é necessário verificar se os servidores estão recebendo recursos para
277 capacitação fora do Brasil. Disse ainda que, o Conselho Superior não tem que avaliar essa
278 questão, mas somente o governo tem essa competência e, ainda acrescentou que, o Conselho tem
279 que deliberar no sentido de propor sugestões para a resolução do problema. Leonardo sugeriu
280 que o Conselho Superior constitua políticas de capacitação para solucionar problemas de pessoal.
281 Nairton falou que o levantamento já está sendo providenciado para realização de licitação e,
282 acrescentou ainda que, procurou a UFT para realizar possíveis parcerias. Décio Reis acrescentou
283 que, se as recomendações da Dr^a Renata tivessem sido ouvidas, esse processo não teria sido
284 encaminhado para o conselho, visto que os conselheiros também não podem fugir da legalidade.
285 Nairton falou que o CONIF já havia solicitado do ministro, um posicionamento sobre esse
286 assunto, até o momento sem sucesso. Disse ainda que, tem que se buscar capacitação na Rede
287 Federal. Sergio Roberto questionou o que acontece, caso o servidor não consiga convalidar o
288 diploma. Nairton esclareceu que o servidor terá que devolver o que foi pago. Seguidamente o
289 presidente leva o assunto à votação, sendo que, três conselheiros votaram a favor do pagamento
290 da RT, cinco votaram em função do entendimento de que o Conselho não deve aprovar o
291 pagamento da RT, visto que o mesmo não tem autonomia legal para deliberar sobre o assunto e,
292 um absteve-se. Logo, segue para o próximo ponto de pauta, que trata sobre alteração do
293 Regimento Geral do IFTO. Jonas apresentou as alterações no Regimento Geral do IFTO, que
294 foram sugeridas pela Unidade de Auditoria Interna, pela Procuradoria Federal e pela
295 Coordenação de Ações Integradas e Inclusão de Diversidade. Explicou que está apresentando
296 essas alterações porque fez parte da comissão de elaboração do Regimento Geral. Acrescentou
297 que, a solicitação de alteração com relação a Unidade de Auditoria Interna, é para que a mesma





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

298 seja ligada diretamente ao Conselho Superior ao invés de ser subordinada ao Reitor, com base no
299 Decreto número três mil quinhentos e noventa e um de seis de setembro de dois mil, que dispõe
300 sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.
301 Seguidamente expõe a solicitação da Procuradoria Federal que, solicitou a exclusão da palavra
302 especializada, visto que, a denominação utilizada pela Advocacia Geral da União para a unidade
303 é Procuradoria Federal junto ao IFTO. Abordou ainda que, a Procuradoria solicitou a inclusão de
304 uma nova subseção no Regimento, onde trata das atividades do técnico de assistência. Esclareceu
305 ainda sobre a proposta de alteração referente a Coordenação de Ações Integradas e Inclusão de
306 Diversidade e, os seus setores: Setor de Educação Inclusiva, Setor de Política Pública de
307 Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero e, Setor de Políticas Públicas de Promoção da
308 Igualdade Racial. Explicou que, essas alterações são necessárias, tendo em vista a necessidade de
309 definir as atuações e competências tanto da coordenação, como dos seus setores. O presidente
310 levou as alterações à votação, sendo a mesma aprovada sem nenhuma objeção. Com posse da
311 palavra, Rodrigo Gori apresentou o Orçamento 2012, explicou como foi feita a classificação dos
312 *campi*, falou dos *campi* em expansão e em pré-expansão, esclarecendo que os *campi* mais novos
313 que compõe a pré-expansão, expôs a previsão dos recursos que serão destinados a cada campus.
314 Explicou como é montada a dotação orçamentária, enfatizando sobre o valor de custeio, dentro
315 da matriz, destinado a assistência estudantil. Esclareceu os zero vírgula zero vinte e cinco por
316 cento do orçamento destinado para o CONIF. Disse ainda que, os *campi* tem autonomia na
317 gestão dos seus recursos e que o IFTO tem uma previsão para dois mil e doze, de oitenta e nove
318 milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco reais, sendo que, a gestão só
319 tem autonomia para gerir trinta e nove milhões, pois o restante é para o pessoal, salários,
320 benefícios, lançados pelo SPO. Falou ainda dos recursos destinados às diárias de viagem ao
321 exterior. Nairton parabenizou pela explanação e informou que a Reitoria tem um piso e mais
322 duzentos mil por cada campus, disse ainda que fez a descentralização do orçamento para cada
323 campus, para que o mesmo faça execução autônoma. Acrescentou que, destinaram setecentos e
324 vinte e nove mil para a capacitação de servidores. Vinicius questionou porque a Reitoria deixou





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

325 de receber dez mil em material de consumo e passou a receber quase seiscentos mil. Rodrigo
326 esclareceu que este valor contempla projetos de extensão, bolsas para pesquisador e discentes,
327 materiais de consumo para fomentar essas ações. Disse ainda que, o orçamento foi reforçado
328 para está viabilizando esses materiais para extensão, caso não seja utilizado, pode ser
329 remanejado. Logo após encerrou-se a apreciação da matriz orçamentária dois mil e doze. Em
330 seguida o conselheiro Wellington Dias, fez algumas propostas relacionadas a Instrução
331 Normativa número cinco de dois mil e onze, que trata da fiscalização de obras do instituto, onde
332 pediu vistas em uma das reuniões do Conselho. Sugeriu capacitação para o servidor antes de
333 começar a obra, controle da habilitação da obra, tratado no artigo segundo, sugeriu ainda a
334 normatização de tempo para os fiscais, como também sugeriu que limitasse o número de obras
335 por servidor. Danilo disse que, em relação o controle da habilitação, o check list já existe, onde
336 direciona essas questões e a pessoa responsável já tem conhecimento. O presidente agradeceu
337 aos conselheiros e falou da importância da construção do IFTO, agradecendo também o
338 SINASEF pelas contribuições na reunião. E não havendo mais nada a se tratar, encerrou-se a
339 reunião. Eu, Quenízia Vieira Lopes, Secretária substituta do Conselho Superior, lavrei a presente
340 ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do
341 Conselho Superior.

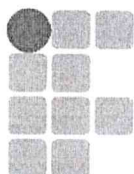
Francisco Nairton do Nascimento
Presidente do Conselho Superior

Danilo Gomes Martins
Representante dos Docentes – 2º titular

Décio Dias dos Reis
Representante dos Dirigentes – 2º titular

Miguel Camargo da Silva

Representante dos Dirigentes – 1º suplente



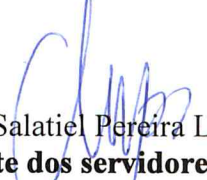


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2011/CONSUP/IFTO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Orlando Dias Carneiro
Representante dos Docentes – 1º titular

Timóteo de Sousa Lemes
Representante dos Egressos – 1º titular


Cícero Salatiel Pereira Lopes
**Representante dos servidores Técnicos
Administrativo – 1º titular**


Getúlio de Sousa Araújo
**Representante do Sindicato dos Trabalhadores
em Saúde no Estado do Tocantins - suplente**

Maria da Penha Barbosa
**Representante da Secretaria Estadual de Ciência
e Tecnologia – suplente**

Wellington Dias da Silva
Representante dos Egressos – 1º suplente


Quenizia Vieira Lopes
Secretária Substituta do Conselho Superior

342

